

Magnifico Reitor da Universidade da Beira Interior, Professor Doutor António Fidalgo,

Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, Prof. Manuel Santos Silva

Senhor Dr. Jorge Brandão, em representação da Senhora Presidente CCDRC, Professora Ana Abrunhosa,

Senhores Vice-Presidentes da CIM Beiras e Serra da Estrela, os meus colegas de Seia e do Sabugal, Dr. Carlos Filipe e Eng. António Robalo, respetivamente

Demais colegas Presidentes dos Municípios da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela,

Excelência Reverendíssima, Sr. Bispo da Guarda, D. Manuel Felício,

Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, e demais autarcas aqui presentes,

Demais Autoridades Civas, Militares e Religiosas aqui presentes,

Exmos representantes das associações, coletividades, sindicatos, empresas e outras entidades aqui representadas,

Representantes da Comunicação Social,

Ilustres Convidados,

Caras e Caros Covilhanenses,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nesta cerimónia pública simbólica e histórica começo por agradecer a presença de todos vós e peço-lhes permissão para particularizar os nossos Convidados vindos de fora, aos quais, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, dou a todos e em nome de todos os Covilhanenses, as boas-vindas à nossa cidade.

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela reúne-se hoje neste Anfiteatro das Sessões Solenes da Universidade da Beira Interior para apresentar o **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.**

Neste Anfiteatro, nesta casa de saber e de cultura, que é a nossa Universidade, que é da Beira Interior, que é um dos principais motores de desenvolvimento da nossa região, está hoje aqui representada a força política, económica, social e do conhecimento de uma Comunidade Intermunicipal, que junta 15 Municípios e mais de 236.000 Habitantes, num território de aproximadamente 6300km<sup>2</sup> que se estende desde a Cova da Beira até ao Ribacôa.

Uma Comunidade nova – a única do país - que resultou da agregação de duas anteriores comunidades e que congrega 15 Municípios.

Apesar desta agregação de Comunidades, em palavras se pronunciar com grande facilidade e rapidez, na prática a sua materialização é muito mais exigente e difícil tendo em conta a especificidade e a diversidade de cada

concelho, de cada um dos territórios e todos os equilíbrios que são necessários e possíveis criar e construir em torno de um objetivo comum.

Foi necessário estabelecer ligações, relações, cumplicidades, encontrar pontos de equilíbrio, gerar consensos e pontos de interceção nos diferentes e legítimos interesses individuais de cada um dos Concelhos que compõem a Comunidade.

Foi necessário unir vontades, conjugar interesses e compatibilizar equilíbrios para que cada um dos Presidentes de Câmara, em representação do seu Concelho e da sua população, se sentisse integrado e como parte de um todo maior – que é a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela - no qual a Comunidade é superior à soma individual de cada uma das partes.

É este espírito, que nós na Comunidade designamos de “Espírito CIM”, de concórdia, de união, de compromisso e de trabalho, que procurei construir e incutir no grupo dos meus colegas Presidentes de Câmara, enquanto Presidente da Comunidade Intermunicipal, para que pudéssemos iniciar um caminho de trabalho, desenvolvimento e crescimento conjunto, estruturado e consolidado de toda a região.

Diria que culmina aqui, simbolicamente, aquilo que foi um trabalho político de concertação desafiante e árduo que eu e mais 14 Presidentes de Câmara iniciámos há quase dois anos e que está, em grande parte, vertido no Pacto hoje apresentado.

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial será o instrumento financeiro, que contratualizámos com o Governo de Portugal através da CCDR-C, o qual permitirá aos 15 Municípios da Comunidade Intermunicipal

implementar um conjunto de ações e intervenções que resultam da decisão e opção política e estratégica tomada em conjunto, numa perspetiva de desenvolvimento coletivo regional, pelos 15 Presidentes de Câmara.

Quero desde já agradecer a todos eles o seu trabalho e ajuda que me deram para chegar com o nosso barco a bom-porto.

Quero agradecer em particular aos meus Vice-Presidentes, Carlos Filipe, de Seia e António Robalo do Sabugal pelo permanente empenho e trabalho desenvolvido.

Agradeço ao colega que me sucederá na Presidência da Comunidade, Paulo Fernandes, do Fundão, pela colaboração e articulação que sempre existiu entre nós – e estou certo que continuará a existir – na tomada das decisões e opções mais importantes para a Comunidade Intermunicipal. Sendo que ele e Colega Álvaro Amaro, da Guarda, me deram um prestimoso contributo na fase negocial

Tal como estou grato, naturalmente, a todos os Senhores Presidentes de Câmara – sem exceção – da Comunidade Intermunicipal.

Não posso também, nesta fase de justos agradecimentos, deixar de agradecer a toda a equipa técnica da CIMBSE, na pessoa do seu Secretário-Executivo, Eng. António Ruas e do seu Coordenador-Técnico, Dr. António Miraldes e à equipa de consultores, na pessoa do Prof. Carlos Lobo, que nos apoiaram na construção de todo este processo.

Agradeço também obviamente para além dos Presidentes de Câmara, a todos os Técnicos - Municipais e da CCDR-C – que estiveram de alguma

forma envolvidos neste processo, pelo trabalho que realizaram, na pessoa da Sr<sup>a</sup> Presidente da CCDRC, Professora Ana Abrunhosa

Este Pacto é o resultado de muitas horas, dias, semanas e meses de trabalho, debate, discussão e aturada negociação entre todas estas pessoas, entre todas estas entidades, o qual tive a honra e o privilégio de conduzir e de representar, simbolicamente, na assinatura do mesmo na qualidade de Presidente da CIMBSE.

Bem-hajam a todas e a todos!

Caras e Caros Convidados,

A Comunidade Intermunicipal já em Fevereiro do corrente ano aprovou a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra das Estrela.

Um documento importante que projeta uma visão de médio prazo para a região, um caminho de desenvolvimento e afirmação territorial no contexto nacional e ibérico.

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão territorial é um dos instrumentos que nos ajudará a percorrer esse caminho.

Em minha opinião todos estamos de parabéns pelo documento assinado, mas dito isto, é também importante tecer algumas considerações sobre o mesmo.

Em minha opinião, este não é o documento que a região necessita para os objetivos de desenvolvimento que temos.

Este não é o documento que, por si só, permitirá desencravar o desenvolvimento da nossa região.

Este é, como já disse, o Pacto possível tendo em conta as verbas disponíveis para a NUT II Região Centro e a atribuição que foi feita pela Autoridade Gestora.

Caras e Caros convidados,

O Pacto que hoje aqui apresentamos foi, como lhe chamo, o “Pacto possível” e foi fruto de longa e aturada negociação conduzida por mim, primeiro entre os Senhores Presidentes de Câmara da CIMBSE e posteriormente com os órgãos da CCDR-C.

O documento assinado com o Governo de Portugal, através da CCDR-C, permitiu assinar um Pacto num valor de 44 milhões e 600 mil euros.

Mais do dobro do valor inicial das negociações que tinha começado em 22 milhões de euros.

Trata-se de um valor aquém daquilo que foram as expectativas criadas nos Senhores Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal e sobretudo muito aquém daquilo que são as necessidades e legítimas aspirações das nossas populações.

Trata-se de um valor aquém do que precisávamos e do que merecem as populações do Interior? Sim.

Vamos lutar por mais? Vamos!

A começar pela execução sem mácula das medidas e metas contratualizadas e que hoje aqui apresentamos.

O Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIMBSE que negocie e assine, em nome dos 15 Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, será um instrumento estratégico e financeiro com um objetivo claro e definido: construir uma região que dentro de uma década lidere o crescimento do Interior do País, sendo reconhecida pela sua dinâmica e atratividade económica, social e cultural e uma referência nacional na valorização dos recursos endógenos e com origem em marcas diferenciadoras e de alto valor acrescentado.

É este espírito de coesão territorial, de identidade regional, de unidade identitária com o respeito pela individualidade de cada território, que estamos a construir e a projetar no futuro uma região que se quer afirmar, quer ganhar dinâmica, que partilha dos principais problemas, muitas das suas dificuldades e que percebe que, unidos, seremos mais fortes.

Uma Comunidade que está disponível para se unir ainda mais, ganhar escala, ganhar dimensão, ganhar poder para conjuntamente, não só, reivindicar melhores condições de desenvolvimento para as suas populações como também se afirmar no panorama nacional e ibérico.

Este Pacto assinado, num total de 44 milhões e 600 mil euros contratualizados, elege a educação como a grande prioridade da Comunidade.

Quase metade desta verba - mais de 21 milhões de euros - foi consensualizado por todos, destina-se a apostar na Educação e nas condições de formação dos nossos jovens, com especial enfoque na qualificação das infraestruturas, no sucesso escolar e no combate ao abandono escolar.

É um chavão recorrente, mas é uma verdade insofismável, o único caminho para o futuro é a Educação e a qualificação das nossas populações.

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela quer ser reconhecida pela aposta que faz no maior factor de mobilidade social que é a Educação.

A segunda maior fatia do bolo – com quase oito milhões de euros - vai para medidas de eficiência energética nos equipamentos coletivos das comunidades.

Trata-se de uma aposta que para além de uma vantagem económica nos resultados operacionais dos equipamentos dos Municípios, trazem uma imagem e um ganho ambiental associado que no caso da nossa região, deve ser uma marca impressiva, indissociável e diferenciadora.

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela quer ser reconhecida pelas preocupações ambientais e a preservação do riquíssimo património natural de toda Comunidade, ao qual dedicaremos cerca de 2 milhões de euros para intervenções de preservação e valorização desse património natural.

Apostamos também muito no Emprego e no apoio à dinamização económica da Comunidade.

Iremos investir aproximadamente 4 milhões de euros em medidas de apoio à economia, ao empreendedorismo, à criação de postos de trabalho e do próprio emprego.

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela quer incentivar e apoiar as boas ideias de desenvolvimento económico para o nosso território com as nossas populações!

Somos detentores de uma riqueza inestimável que é o nosso património cultural, que devemos potenciar e aproveitar.

Precisamente com esse intuito decidimos dedicar cerca de 4 milhões de euros para requalificação e valorização do património cultural classificado.

Total:		
Educação	21.600.000	48,87%
EE	7.750.000 €	17,53%
Emprego e Economia	4.000.000 €	9,05%
Cultura	3.360.000 €	7,60%
Mod. Admi Pub	2.600.000 €	5,88%
Património Natural	1.990.000 €	4,50%
Agricultura	1.430.000 €	3,24%
CIMBSE Vulnerabilidades e Riscos;	800.000 €	1,81%
Saude	670.000 €	1,52%

Mas há mais vida para além do Pacto. Neste e no Plano que lhe deu origem, estão lançadas as bases para outros desafios, já que os municípios poderão, individualmente, candidatar-se a outros eixos e medidas, cujos valores, no conjunto dos 15 municípios que compõem a comunidade, poderão ultrapassar o valor contratualizado no Pacto que ora apresentamos. Estou a falar dos PEDU's, no PAMUS, no PAICD, no Turismo e tantos outros.

Embora não seja esta a ocasião mais indicada para referir o que a seguir evidencio, a verdade é que este modelo de associativismo municipal, já mostrou estar desfasado da nossa realidade.

Para vingar ele precisa de ser robustecido com a eleição direta do Presidente da Comunidade Intermunicipal, precisa que este a ela se dedique a tempo inteiro e em exclusividade e, não menos importante, de um leque mais vasto de competências e atribuições que resultem de uma indispensável transferência de soberania dos municípios para a comunidade, bem como de maior capacidade financeira.

Deixo estas telegráficas mas muito objetivas e impressivas ideias que, a seu tempo, nos devem mobilizar para um longo e profundo debate que ajude o legislador a melhor pensar e concretizar este importante pilar da nossa democracia, que é o associativismo municipal, tão necessário ao desenvolvimento de regiões como a nossa.

Por não dever alongar mais a minha intervenção e tendo em conta que estarão, naturalmente, ansiosos para receber a pertinente informação técnica e ver esclarecidas as dúvidas que a exposição da mesma suscitarem, passo, de imediato, a palavra ao Sr. Professor Carlos Lobo, não sem antes voltar a agradecer a presença de todos e formular o desejo de que a implementação e concretização do pacto sejam consentâneas com as expectativas que nele depositamos.

A todas e a todos saudações beirãs!

O meu grande bem-haja!!!